

CARLOS ALBERTO
PEREIRA LEITÃO JUNIOR

**Da Condução
Coercitiva no
Processo Penal
Brasileiro**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Introdução	1
1. Eficiência e garantismo, processo equitativo e abuso de garantias processuais	5
1.1 Primeiras colocações	5
1.2 Eficiência e garantismo	5
1.3 Processo equitativo	7
1.3.1 Crise do processo equitativo	9
1.4 Abuso de garantias processuais	10
2. Da condução coercitiva como medida cautelar no processo penal brasileiro	15
2.1 Primeiras colocações	15
2.2 Natureza jurídica da condução coercitiva.....	16
2.2.1 Da condução coercitiva como prisão provisória.....	17
2.2.2 Da condução coercitiva como sanção de cunho administrativo.....	17
2.2.3 Da condução coercitiva como medida cautelar alternativa à prisão	18
2.3 Medidas cautelares e técnica processual	19
2.4 Técnica da cautelariade no processo penal	20
2.5 Medidas cautelares e prevenção de delitos.....	22
2.6 Prisão processual como exceção ao sistema das medidas cautelares....	25

2.7	Condução coercitiva: privação de liberdade ou restrição de liberdade?.....	26
2.8	Proporcionalidade	29
2.8.1	A regra da proporcionalidade e seus elementos: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito	30
2.8.2	Proporcionalidade e direitos fundamentais no processo penal	31
2.8.3	Medidas cautelares alternativas à prisão e proporcionalidade ...	32
2.8.4	Medidas cautelares alternativas à prisão não previstas na legislação: poder geral de cautela	33
2.8.4.1	Idoneidade e menor lesividade da medida cautelar alternativa	40
2.8.4.2	Cobertura legal suficiente da limitação dos direitos que a medida restrinja	41
2.8.4.3	Existência da infraestrutura necessária para sua aplicação	41
2.8.5	Condução coercitiva como medida cautelar atípica.....	42
2.8.6	Condução coercitiva como medida cautelar atípica: proporcionalidade ou ativismo judicial?	44
2.9	Finalidades	45
2.9.1	Interrogatório de qualificação e identificação	46
2.9.1.1	Prisão preventiva utilitária – artigo 313, §1º, do CPP	49
2.9.1.2	Prisão temporária – artigo 1º, inciso II, da Lei 7.960/89	52
2.9.2	Interrogatório de mérito	54
2.9.2.1	Natureza jurídica do interrogatório	56
2.9.3	Interrogatórios simultâneos	62

2.9.4 Retirar o investigado do local de execução de mandados de busca e apreensão domiciliar	64
2.9.5 Evitar que os investigados orientem ou pressionem vítimas e testemunhas	67
2.9.6 Reconhecimento	70
2.10 Motivação necessária.....	72
2.11 Duração da medida cautelar de condução coercitiva	74
2.12 Condução coercitiva e indiciamento do averiguado.....	75
2.13 Juiz das garantias e decretação da condução coercitiva	76
2.14 Prazo para encerramento da investigação após decretação da medida cautelar de condução coercitiva.....	77
2.15 Prazo para oferecimento da denúncia após a decretação da medida cautelar de condução coercitiva.....	78
2.16 ADPFs 395 e 444	79
2.17 Críticas.....	82
2.17.1 Violação ao devido processo legal	82
2.17.2 Violação à ampla defesa	87
2.17.2.1 Ampla defesa como defesa técnica.....	87
2.17.2.1.1 A comunicabilidade do averiguado com seu defensor ...	91
2.17.2.2 Ampla defesa como autodefesa	93
2.17.3 Violação ao contraditório	95
2.17.4 Violação ao <i>nemo tenetur se detegere</i>	97
2.17.5 Espetacularização do processo penal.....	101
2.17.6 Violação à presunção de inocência.....	103

2.17.7 Inocuição provisória do indivíduo	106
2.17.8 Violação ao princípio da imparcialidade.....	107
2.17.9 Medida cautelar mais benéfica e preservação do averiguado ...	108
2.17.10 Condução coercitiva para evitar tumultos	109
2.17.11 Condução coercitiva para consequir uma delação premiada	110
2.17.12 Violação do direito à informação.....	111
3. Da condução coercitiva na história do direito do Brasil	115
3.1 Primeiras colocações	115
3.2 Ordenações do Reino de Portugal – as Ordenações Filipinas.....	116
3.3 Código de Processo Criminal do Império de 1832	125
4. Da condução coercitiva no direito positivo brasileiro	131
4.1 Primeiras colocações	131
4.2 Código de Processo Penal de 1941	131
4.2.1 Da condução coercitiva da vítima - o artigo 201 do CPP	132
4.2.1.1 Da vítima no contexto da violência doméstica	135
4.2.1.2 Das vítimas crianças e adolescentes em crimes violentos...	137
4.2.1.3 Da vítima na ação penal de iniciativa privada	139
4.2.2 Da condução coercitiva da testemunha - o artigo 218 do CPP	141
4.2.3 Da condução coercitiva do perito - o artigo 278 do CPP.....	145
4.2.4 Da condução coercitiva do averiguado e do acusado - o artigo 260 do CPP	146
4.2.4.1 Da condução coercitiva do querelado no procedimento dos crimes contra a honra.....	152

4.3	Investigação pelo Ministério Público.....	153
4.4	Comissões Parlamentares de Inquérito	158
4.5	Juizados especiais criminais.....	168
4.6	Estatuto da Criança e do Adolescente.....	169
4.7	Código de Processo Penal Militar	180
4.7.1	Da condução coercitiva da testemunha - o artigo 347 § 2º do CPPM	180
4.7.2	Da condução coercitiva do perito - o artigo 51 do CPPM....	181
4.8	A nova lei de abuso de autoridade – Lei nº13.869/2019.....	183
4.8.1	Primeiras colocações.....	183
4.8.2	Da condução coercitiva como crime de abuso de autoridade - o artigo 10 da Lei nº 13.869/2019.....	187
4.9	Projeto de novo Código de Processo Penal – Projeto de Lei nº8045/2010.....	192
5.	Estudo de experiências estrangeiras	195
5.1	Primeiras colocações	195
5.2	França	200
5.2.1	Antecedentes históricos.....	200
5.2.2	Código de processo penal de 1957	203
5.2.2.1	<i>Garde à vue</i>	203
5.2.2.2	Questão prioritária de constitucionalidade (QPC) 14/22 de 2010	206
5.2.2.3	Direitos da pessoa <i>gardée à vue</i>	210
5.2.2.4	Críticas à <i>garde à vue</i>	215

5.3	Bélgica.....	216
5.3.1	Antecedentes históricos	216
5.3.2	Sistema misto	216
5.3.3	Da condução coercitiva.....	217
5.3.4	Lei Salduz de 13 de agosto de 2011	219
5.4	Itália	224
5.4.1	Antecedentes históricos	224
5.4.2	<i>Giudice per le indagini preliminar</i>	225
5.4.2.1	<i>Accompagnamento coattivo come sanzione del rifiuto di comportamenti dovuti</i>	228
5.4.2.2	<i>Accompagnamento coattivo come mezzo di ricerca della prova</i>	230
5.4.2.3	Condução coercitiva para fins de identificação	233
5.4.2.4	<i>Fermo di indiziato di delitto</i>	234
5.5	Alemanha.....	235
5.5.1	Antecedentes históricos	235
5.5.2	Investigação preliminar.....	237
5.5.3	Medidas interventivas (cautelares) no processo penal alemão	238
5.5.4	Condução Coercitiva.....	239
5.6	Portugal.....	242
5.6.1	Investigação preliminar	242
5.6.2	Condução coercitiva como sanção.....	243
5.6.3	Condução coercitiva como medida cautelar.....	245
5.6.4	Obrigatoriedade de assistência de defensor	248

6. Propostas de alteração legislativa	251
6.1 Primeiras colocações	251
6.2 Propostas <i>de lege ferenda</i>	252
Conclusões.....	261
Bibliografia.....	265